

ATOS GOLPISTAS

“Sem clima”, Bolsonaro não comenta prisões

Ex-presidente estava em Angra dos Reis quando a operação da PF foi deflagrada

» EVANDRO ÉBOLI

Investida da Polícia Federal na operação Tempus Veritatis contra Jair Bolsonaro e a cúpula de seu governo, colocou o ex-presidente no centro da investigação de uma tentativa de golpe de Estado. As acusações apontadas no despacho do ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, que o citou 71 vezes, mobilizou a defesa de Bolsonaro ao longo do dia de ontem.

Um dos advogados do ex-presidente, Fabio Wajngarten passou o dia rebatendo o conteúdo contra o ex-presidente, apontado como um dos protagonistas e principal beneficiário de atos contra a democracia que, “por meio de um golpe militar”, o manteriam no poder mesmo derrotado nas urnas.

Bolsonaro evitou se expor. À *Coluna do Estadão*, o ex-presidente afirmou que estava em uma casa de praia, em Angra dos Reis (RJ), mas que não iria pescar porque “estava sem clima”. E que, até a manhã de ontem, não tinha muito conhecimento da investigação. “Não sei o que aconteceu com Braga Netto, Helene e Paulo Sérgio. Sei que está preso preventivamente o coronel (Marcelo Costa) Câmara, mais um que eu perco aqui, estou sem quatro pessoas ao meu lado”, declarou.

Bolsonaro foi obrigado a entregar o passaporte aos agentes da Polícia Federal e, por determinação de Moraes, não poderá se aproximar dos outros investigados. As primeiras informações referentes à reação de Bolsonaro foram divulgadas por Wajngarten nas redes sociais do advogado.

“Em cumprimento às decisões de hoje, o presidente Jair Bolsonaro entregará o passaporte às autoridades competentes. Já determinou que seu auxiliar direto, que foi alvo da mesma decisão, que se encontrava em Mambucaba, retorne para sua casa em Brasília, atendendo a ordem de não manter contato com os demais investigados”, escreveu o advogado, se referindo a Tércio Arnaud, auxiliar do ex-presidente e que também foi alvo da operação e é investigado na ação. Arnaud é um ex-integrante do “gabinete do ódio”, que atuou no Palácio do Planalto na gestão bolsonarista. Reforçando a posição de que a

Sergio Lima/AFP



Bolsonaro não comentou a ação da PF. Para o advogado dele, “não há limites” na intenção de envolver o cliente



Não tem limite a vontade de tentar trazer o presidente Jair Bolsonaro para um cenário político que ele jamais concordou”

Fabio Wajngarten,
advogado de Bolsonaro

apreensão do passaporte foi uma medida desnecessária, o advogado “lembrou” que a única vez que Bolsonaro saiu do Brasil, recentemente, foi para acompanhar a posse do presidente da Argentina, Javier Milei, há 50 dias, após consulta de seus advogados ao STF sobre a necessidade de se ausentar do país. Mais tarde, a defesa do ex-presidente voltou às

redes sociais para informar que o passaporte foi entregue à Polícia Federal, em Brasília.

Os advogados do ex-presidente não se manifestaram sobre uma das mais pesadas acusações, a de que Bolsonaro atuou para que o golpe fosse consumado. Ele teria, de acordo com a investigação da PF, conhecimento de uma minuta de decreto que detalhava o andamento das ações contra o Estado Democrático de Direito. O documento teria sido levado a ele por dois auxiliares. Pelo texto, dois ministros do STF — Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes — e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), seriam presos. E o governo convocaria novas eleições. Bolsonaro teria sugerido alterações.

“Posteriormente, foram realizadas alterações a pedido do então presidente, permanecendo a determinação de prisão de Alexandre de Moraes e a realização de novas eleições. Nesse sentido, era relevante para os investigados monitorarem Moraes para

executarem a pretendida ordem de prisão, em caso de consumação do golpe de Estado”, aponta o despacho de Moraes.

No início da noite, surgiu a informação de que havia sido encontrado, na sede nacional do PL, em Brasília, um documento com argumentos para a implantação do estado de sítio no país. O texto, encontrado durante a operação de busca e apreensão pelos agentes da PF, propunha medidas que dariam poderes ao presidente para suspender por um mês o funcionamento do Legislativo e do Judiciário.

Wajngarten negou a associação desse documento com Bolsonaro e disse que o conteúdo “não condiz com as tradicionais e reconhecidas falas e frases do presidente”. Ele declarou que a instalação do estado de sítio dependeria de aprovação do Congresso de Segurança Nacional.

“Não tem limite a vontade de tentar trazer o presidente Jair Bolsonaro para um cenário político que ele jamais concordou”.

“Querem acabar com o PL”

» HENRIQUE LESSA

O senador Rogério Marinho (PL-RN) voltou a criticar a atuação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), na condução do inquérito que investiga a uma suposta tentativa de golpe de Estado no país envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados. Para Marinho, a defesa da democracia exige um processo isento, que não estaria acontecendo nas ações sob a responsabilidade de Moraes.

“Não é possível nós assistirmos a uma investigação em que a pretensa vítima presida esse inquérito. Não é possível nós imaginarmos que haja imparcialidade nesse processo. As ações espetaculares que estão se sucedendo mostram que há uma espécie de método, e isso é intolerável porque fragiliza a democracia. A ação do PL é da mesma gravidade, nós estamos falando do maior partido de oposição”, disse Marinho.

Mesmo com o Senado Federal quase vazio, no fim do dia de ontem, um grupo de senadores opositoristas organizou, de forma improvisada, uma coletiva de imprensa para rebater a

Henrique Lessa/CB/D.A Press



Rogério Marinho e senadores aliados politizam a operação da PF

operação da Polícia Federal (PF) que mirou o ex-presidente. Os parlamentares foram questionados pelo *Correio* sobre a minuta golpista encontrada na sede do PL, mas disseram desconhecer o fato e minimizaram o conteúdo do documento, dizendo que era uma tentativa de “esquentar uma notícia antiga”.

Marinho pontuou que a ação

parece uma tentativa de tirar o PL da campanha municipal deste ano. “Querem acabar com o PL”, disse o senador, que questionou como ficará a legenda com o presidente de honra, Jair Bolsonaro, e o presidente de fato, Valdemar Costa Neto, impedidos de falar um com o outro.

Para o ex-vice-presidente de Bolsonaro, senador Hamilton

Mourão (Republicanos-RS), o general Augusto Heleno não tem nenhuma relação com as acusações. “Pelo conhecimento que tenho do general Heleno (uma amizade de 50 anos), ele não se envolveria com isso”, disse ele, antes de declarar que as “Forças Armadas não podem se omitir” e devem investigar todas as denúncias que envolvam militares.

Eleição em dúvida

O senador Magno Malta (PL-ES) cobrou uma ação do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), indicando que espera um processo de impeachment contra ministros do STF. E voltou a levantar suspeitas sobre a lisura das últimas eleições e o comportamento de Alexandre de Moraes. “Eu sei que toda essa narrativa é para chegar em Bolsonaro, esse é o alvo. As narrativas estão sendo montadas para isso. Até o ministro Alexandre de Moraes, que não está acima da lei. Ele é investigado, ele investiga, ele é ofendido, ele é o juiz, ele acusa. Ele precisa se julgar impedido e sair desse processo. Eu apelo para os ministros do Supremo, vocês têm que julgar o impedido, vocês têm que se reunir e tomar uma decisão pelo Brasil”, disse.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Rolex cravejado de brilhantes pôs tudo a perder

Os quatro relógios é um dos mais de 80 livros da romancista britânica Agatha Christie, cujo verdadeiro nome era Dame Agatha Mary Clarissa Mallowan (1890-1976), com mais de 4 bilhões de romances policiais vendidos. A história começa quando Colin Lamb, um agente do serviço secreto britânico, visita o condomínio Wilbraham Crescent, na cidadezinha de Crowdean, e toma conhecimento de um estranho assassinato: um homem desconhecido fora encontrado apunhalado na sala da casa número 19, cuja proprietária é uma senhora cega, Mrs. Pebmarsh.

Na cena do crime são encontrados quatro relógios que marcam todos a mesma hora, 4h13, mas que não pertenciam à dona da casa. A estenógrafa Sheila Webb trabalhava para Pebmarsh, que não tinha solicitado nenhum serviço de estenografia. Diante do mistério, Lamb desafia seu amigo Hercule Poirot — o detetive de *Assassinato no Expresso Oriente*, seu personagem mais conhecido — a desvendando o crime sem sair da poltrona. Com perguntas objetivas, o famoso detetive soluciona o caso.

É mais ou menos o que está sendo feito pela Polícia Federal, sob a supervisão do ministro Alexandre de Moraes. Por ironia, a tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro, com a suposta participação direta do ex-presidente Jair Bolsonaro, está sendo desnudada em razão de uma atitude “muquirana” (avara, sovina; de avarento, mão-fechada, unha-de-fome): a venda de um relógio, o que seria, digamos, uma banalidade, não se tratasse de uma joia avaliada em US\$ 68 mil (R\$ 388,6 mil, na cotação de ontem), recebida como presente de Estado da Arábia Saudita, e que deveria ter sido incorporado ao patrimônio da União.

Como os relógios de Agatha Christie, esse era o fio da meada para chegar aos principais responsáveis pelos atos de 8 de janeiro.

No dia 11 de outubro do ano passado, com base nessa informação, extraída de um celular do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, que havia sido apreendido durante a investigação da falsificação do atestado de vacinação do Sistema Único de Saúde (SUS) do então presidente da República, a Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão contra o general Mauro César Lourença Cid, pai de Mauro Cid. O ex-advogado de Bolsonaro Frederick Wassef e o tenente do Exército Osmar Crivelatti, outro ex-ajudante de ordens do ex-presidente, também foram alvos da operação.

Tudo no celular

A PF apurou que o ex-ajudante de ordens da Presidência da República Mauro Cid teria vendido e depois recomprado o Rolex cravejado de brilhantes. Segundo as investigações, em 13 de junho 2022, Mauro Cid viajara para a cidade de Willow Grove, nos Estados Unidos, onde vendeu o relógio. Esse dinheiro foi depositado na conta do pai dele. Nove meses depois, o advogado Frederick Wassef recuperou o relógio e o entregou novamente a Cid filho, que retornou a Brasília e o transferiu para Osmar Crivelatti. Em 4 de abril de 2023, os advogados do ex-presidente Jair Bolsonaro depositaram o relógio, com outras joias, numa agência da Caixa, em Brasília.

Em razão do envolvimento do pai no episódio e por apelos da família, Mauro Cid decidiu fazer delação premiada e contar tudo que sabia. Seu celular é uma espécie de diário de bordo da conspiração para manter Bolsonaro no poder. A operação de ontem da Polícia Federal foi realizada com objetivo de comprovar os fatos relatados na sua colaboração premiada.

Apreendido na operação de busca e apreensão realizada na sede do PL, em Brasília, em tom de discurso oficial, um documento apócrifo anuncia a decretação de um estado de sítio e da garantia da lei e da ordem (GLO) no país. Estava na sala de Bolsonaro, que teve seu passaporte apreendido e foi proibido de sair do país. O presidente da legenda, Valdemar Costa Neto, foi preso em flagrante por porte de arma e de uma pepita de ouro sem registro.

Os generais Braga Netto, ex-chefe da Casa Civil e candidato a vice-presidente, e Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), estão entre os alvos da operação. Num dos diálogos registrados no celular de Mauro Cid, Braga Netto chama o então comandante do Exército, general Freire Gomes, de “cagão” e ordena que militantes radicais cerquem a casa do militar, por não ter aderido ao plano golpista.

Em outra gravação, o general Augusto Heleno, em julho de 2022, defende uma “virada de mesa, um soco na mesa” antes das eleições presidenciais. “Depois, não vai ter VAR”, argumentava. Outra minuta golpista, que pedia a prisão dos ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, do STF, e do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, teria sido alterada pelo próprio Bolsonaro, que excluiu Gilmar e Pacheco, mas manteve Moraes.

Todos estariam envolvidos diretamente nos atos de 8 de janeiro, quando milhares de manifestantes invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes — Palácio do Planalto, Congresso e Supremo. Segundo a PF, os investigados se uniram com objetivo de criar condições para uma intervenção militar que mantivesse Bolsonaro no poder.

Bom carnaval, volto na quinta-feira, 15 de fevereiro.